



A INCLUSÃO DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL: REVISÃO DE LITERATURA

THE INCLUSION OF CHILDREN IN INSTITUTIONAL SHELTERING SITUATION IN PRESCHOOL EDUCATION: LITERATURE REVIEW

Luana Hillesheim¹

<https://orcid.org/0000-0002-7223-4813>

Andrea Soares Wuo²

<https://orcid.org/0000-0003-2110-7184>

Resumo:

O acolhimento institucional é uma medida provisória que busca a reintegração da criança ou adolescente em sua família de origem ou em uma família substituta. O atendimento no acolhimento institucional, quando em funcionamento conforme a legislação, tem como princípio ser um espaço seguro para crianças e adolescentes. Este artigo tem por objetivo analisar as produções científicas sobre a inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura, a partir de teses, dissertações e artigos, na base de dados da Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações e o Scielo. Os dados foram analisados mediante análise de conteúdo. Os resultados mostram que pouco se discute acerca da escolarização de crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil. Com relação à inclusão escolar desse público, as discussões referem-se, principalmente, ao direito ao acesso, desconsiderando a qualidade da permanência, participação e aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Acolhimento Institucional; Educação Infantil; Inclusão.

Abstract:

Institutional sheltering is considered a provisional measure, which must take into account the child or adolescent's reiteration in their origin family or in a host family. The Welcoming in institutional sheltering, when operating in accordance with the legislation, has as its principle being a safe space for children and adolescents. This article aims to analyze the discussions in scientific productions on the inclusion of children in institutional sheltering situations in preschool education. In order to do so, a literature review has been carried out; the data was, therefore, interpreted from the content analysis. The results show that little is discussed when it comes to inclusion of children in institutional sheltering situation in preschool education. Concerning inclusion, what has been discussed refers mainly to the right to access, showing that few productions have enhanced the theme.

¹ Mestre em Educação (Universidade Regional de Blumenau), Blumenau/SC, Brasil.

² Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente na Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC, Brasil.

Keywords: Institutional Sheltering; Preschool Education; Inclusion.

INTRODUÇÃO

O atendimento no acolhimento institucional passou por mudanças significativas ao longo da história no Brasil. Nos séculos XIX e XX, o Estado buscou intervir diretamente na criação de crianças oriundas de famílias em situação de pobreza, encaminhando-as para os então denominados ‘internatos de menores ou orfanatos’. Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, a institucionalização passou a ser considerada como último recurso, priorizando-se a reintegração familiar (RIZZINI; RIZZINI, 2004, BRASIL, 1990).

De acordo com o ECA, as instituições de acolhimento devem adotar princípios, como: a manutenção dos vínculos familiares, a reintegração familiar, a inserção em família substituta e a participação na comunidade. O documento também salienta que, no acolhimento institucional, crianças de 0 a 3 anos devem ter educadores de referência que sejam estáveis. Além disso, rotinas e cuidados direcionados às necessidades básicas, como o afeto, que devem estar presentes no cotidiano institucional (BRASIL, 1990).

Atualmente, o acolhimento institucional, perante o ECA, apresenta-se como uma medida provisória (BRASIL, 1990). Apesar dos avanços após o ECA, no âmbito do reconhecimento dos direitos das crianças e adolescentes, os desafios do acolhimento institucional permanecem. No século XXI, os debates sobre o tema voltam-se à qualidade das instituições, dos cuidados e o atendimento prestado (RIZZINI; RIZZINI, 2004; TEIXEIRA 2019; MIRANDA, 2017).

Apesar de estar previsto em lei, a permanência da criança no acolhimento institucional nem sempre é por um curto período, pois pode ser mais prolongada do que o previsto e desejável. Rizzini e Rizzini (2004) evidenciam a dificuldade das instituições de acolhimento em preservar e fortalecer os vínculos familiares de origem.

Na literatura, há diversos autores que consideram o acolhimento institucional como um espaço desfavorável para o desenvolvimento infantil. Para Rizzini e Rizzini (2004, p. 77) “crescer em instituições não é bom para crianças”. Contudo, assim como afirmam Wendt, Dullius e Dell’Aglia (2017, p. 536), é preciso levar em consideração que “[...] os impactos causados pela violência e negligência ocorridas antes do acolhimento institucional tendem a gerar consequências mais devastadoras do que a própria institucionalização”. Dessa maneira, apesar de diversas obras indicarem os prejuízos da institucionalização de crianças, o acolhimento institucional, se em funcionamento conforme a legislação, é um espaço que busca a proteção dos direitos infantis (TEIXEIRA, 2019).

Dessa maneira, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996, n. p.) define que a educação é um dever do Estado e da família, tendo como objetivo o desenvolvimento integral do sujeito. No inciso I do artigo 3 é destacado o princípio da igualdade de condições no que diz respeito ao acesso e permanência e no inciso XIII o direito à educação. Em vista disso, o direito à educação é assegurado para crianças dos 4 aos 17 anos, sendo gratuito e obrigatório (BRASIL, 1996, n. p.)

A educação infantil, por sua vez, é a primeira etapa educacional, que tem por objetivo o desenvolvimento do sujeito de até cinco anos de idade (BRASIL, 1996). A criança em situação de

acolhimento institucional tem seu direito à educação – e o direito à educação infantil – garantido na Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 (BRASIL, 1996). Portanto, levando em consideração esses aspectos, a inclusão de crianças em situação de acolhimento em espaços de educação infantil é um direito.

Este artigo, parte da dissertação, buscou analisar a produção do conhecimento acerca da inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil. Para tanto, realizou-se uma revisão de literatura, de abordagem qualitativa, a partir de teses, dissertações e artigos publicados em bases de dados nacionais.

O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O acolhimento institucional busca acolher crianças e adolescentes que possam vir a ter os seus direitos ameaçados, ou ainda que precisam ser afastadas por um período da convivência de seus responsáveis, entre outros. Almeja-se que o acolhimento nessas instituições seja temporário, pois entende-se a necessidade da reintegração com a família de origem ou a busca por uma nova família (MACHADO, 2021).

Para Miranda (2017), é após a Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente que o acolhimento institucional passa a ser interpretado como uma forma de proteção para a criança, bem como compreendida como último recurso.

A instituição de acolhimento deve apresentar uma estrutura similar a de uma residência e não deve ultrapassar a quantidade de crianças atendidas recomendada pelos documentos norteadores. As crianças e os adolescentes devem possuir quartos e espaços adequados, os momentos de alimentação e descanso devem ser similares a experiências residenciais e a instituição deve prezar por um convívio saudável desses sujeitos com seus pares (ACIOLI et al., 2018; SOUZA, 2014).

De acordo com Miranda (2017, p. 209), “[...] esta talvez seja uma das maiores inovações do ECA, o acolhimento deve ser feito em pequenas unidades, com ambiente similar ao familiar, situadas na ou próxima à comunidade de origem das crianças e adolescentes”. A ideia de uma casa, para Furlan (2020), desconstrói os antigos modelos de internatos e, por isso, a instituição precisa ser acolhedora e estar o mais próximo de uma realidade familiar.

MÉTODO

A revisão de literatura foi organizada a partir de dois momentos: primeiro, uma busca por teses e dissertações, por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). Em um segundo momento, um levantamento de artigos científicos, na base de dados Scielo. Os levantamentos foram realizados em maio de 2021.

Na BDTD, com o uso dos descritores “acolhimento institucional”, “criança” e “educação infantil”, foram encontradas 85 pesquisas. Após a leitura dos resumos, evidenciou-se que 76 pesquisas não tinham relação com crianças em situação de acolhimento institucional, resultando em 9 estudos, sendo 2 teses e 7 dissertações.

A partir desse resultado, buscou-se manter as produções relacionadas com educação, aprendizagem, desenvolvimento e direitos das crianças em situação de acolhimento institucional,

e por isso, descartou-se duas dissertações, uma produção por focalizar os estilos parentais das famílias e a outra por estar direcionada a quesitos administrativos de um acolhimento, assim, totalizando para análise 7 produções, sendo 2 teses e 5 dissertações.

Na base de dados do Scielo, foram encontrados 30 artigos a partir dos descritores “criança” e “acolhimento institucional”. Os descritores “educação” e “educação infantil” não foram utilizados pois zeravam os resultados da busca, por isso, utilizamos “criança”. Assim, após a leitura dos textos na íntegra, foram selecionados 10 artigos que abordam sobre crianças em situação de acolhimento institucional.

Após a seleção do corpus da pesquisa, os textos foram analisados mediante análise do conteúdo (FRANCO, 2005). Tendo em vista o conteúdo das pesquisas, foram elencados os indicadores “direitos” e “interações”. A partir dos indicadores, criou-se a categoria “inclusão e acolhimento”. Sobre direitos, discute-se sobre o acesso e a permanência, participação, qualidade e o brincar. Ainda, sobre as interações, discute-se sobre vínculos, afeto e as relações na educação infantil.

CARACTERIZAÇÃO DAS PESQUISAS

As teses e as dissertações analisadas abordam o acolhimento institucional (BARBOSA, 2017; ROCHA, 2018; ALMEIDA, 2014), infância em instituições de acolhimento (SOUSA, 2010), direitos das crianças em situação de acolhimento (MEDEIROS, 2015), relações entre acolhimento institucional e educação infantil (MARTINS, 2007; ABREU, 2010). Das 7 produções, apenas 2 são da área da Educação e 5 da Psicologia. Destaca-se, ainda que, embora não tenha se realizado um recorte temporal do levantamento da literatura, todas as pesquisas foram produzidas a partir de 2007.

Os artigos analisados abordam sobre o acolhimento institucional (ROSSSETTI-FERREIRA et al., 2012), as trocas afetivas entre as crianças (KAPPLER; MENDES, 2019), crianças com deficiência em situação de acolhimento (CAMPOS; ARAÚJO, 2018), direitos das crianças em situação de acolhimento (PAULA, 2016; MOREIRA, 2014), estrutura física (ACIOLI et al., 2018), serviço prestado no acolhimento (GUEDES, SCARCELLI, 2014; SOUZA, BRITO, 2015), contexto ecológico em um acolhimento institucional (ROSA et al., 2010) e a concepção de família (LAUZ; BORGES, 2013). Com relação ao período das publicações, ressalta-se a atualidade das temáticas, tendo em vista que o artigo mais antigo foi publicado em 2010. Quanto às áreas de conhecimento, nota-se que, assim como nas teses e dissertações, os artigos concentram-se em revistas da área da Psicologia e Saúde Coletiva, tendo-se apenas um periódico da área da Educação (Cadernos de Pesquisa).

A dissertação de Barbosa (2017) foi desenvolvida na Universidade de Brasília, sendo da área da psicologia. Sua pesquisa buscou analisar a contribuição do brincar no desenvolvimento das crianças em situação de acolhimento institucional. A pesquisa foi realizada em uma instituição de acolhimento no Distrito Federal, sendo os participantes, um grupo de crianças (de até oito anos) e suas cuidadoras. A pesquisadora utilizou com as crianças o método de brincadeira participante e, com as cuidadoras, realizou entrevistas. Para Barbosa (2017) o acolhimento institucional sofre diversos preconceitos, sendo concebido como um espaço para crianças problemáticas. Nesse sentido, há muito o que avançar, principalmente na mudança de estereótipos.

A dissertação de Rocha (2018), na área da psicologia, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, investigou-se pelo olhar da criança a transição da instituição de acolhimento para a adoção, assim como buscou-se analisar como os profissionais da instituição realizavam a escuta das crianças. No estudo de caso realizado com cinco crianças, a autora utilizou o desenho em diversos encontros para coletar os dados, e, com os profissionais, foram realizadas entrevistas. Por meio da brincadeira as crianças puderam se expressar, revelando aspectos sobre si e suas vivências e as interações com seus pares. Os dados produzidos mostram a necessidade de abrigo e proteção das crianças, bem como seu desejo de pertencer a uma família. A autora ressalta que no processo de adoção, a escuta ativa das crianças é fundamental para o processo de transição da instituição para uma nova família. Ainda, considera relevantes políticas públicas direcionadas para a formação dos profissionais, para que estejam mais preparados para atender os sujeitos em situação de acolhimento institucional, garantindo o respeito aos seus direitos.

Na tese de Almeida (2014), da área da psicologia, investigou-se o ingresso das crianças no acolhimento institucional. O estudo foi realizado em quatro instituições de acolhimento da cidade de São Paulo, por meio de entrevistas com 26 profissionais que atuavam na instituição. A autora afirma que o processo de receber/recepcionar uma criança em uma instituição de acolhimento é, muitas vezes, negligenciado por priorizar os cuidados básicos das crianças, como higiene e alimentação, deixando de lado os aspectos relacionais e afetivos que envolvem seu desenvolvimento.

Sousa (2010), analisa a perspectiva sobre infância e desenvolvimento de educadores sociais de uma instituição de acolhimento em Recife. As entrevistas com os seis educadores sociais da instituição evidenciaram a valorização da infância por parte dos profissionais. Os sentidos sobre a infância relacionam-se à uma fase da vida que deveria ser boa e marcada pelas brincadeiras, um período de descobertas e ao vínculo com a família. Apesar de algumas profissionais entrevistadas se posicionarem contra o acolhimento institucional, outras o defendem, considerando-o como um espaço seguro e sem violências. Em suas falas, as educadoras sociais relatam tentativas de compensação da ausência familiar, como o afeto.

Medeiros (2015), investigou em sua dissertação, na área da psicologia, a compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional sobre os seus direitos, realizando entrevistas com os profissionais da instituição e observação participante com as crianças. Sua pesquisa se destaca por trazer uma ótica dos direitos humanos para a compreensão do histórico processo de exclusão das crianças e adolescentes na garantia de seus direitos. A análise dos dados evidencia que no acolhimento institucional o trabalho de um profissional complementa o trabalho do outro, ressalta que as cuidadoras atuam na garantia dos direitos das crianças, como na manutenção dos vínculos familiares de origem e os cuidados diários como alimentação, higiene, relações de afeto etc. Conclui seu estudo afirmando que os sujeitos da pesquisa não apresentavam uma compreensão explícita de si como sujeitos de direitos, no entanto mostram em suas falas que ações e compreensões relacionadas à promoção dos direitos das crianças como: educação, moradia, saúde, brincar, dentre outros.

A dissertação de Martins (2007), da área da educação, investigou os relacionamentos das crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil, levando em consideração a qualidade da educação. O estudo de caso foi realizado em uma instituição na cidade do Distrito

Federal com crianças de três a seis anos, utilizando instrumentos como observação, desenhos, escritas e entrevistas com as crianças. Os dados produzidos indicam que as interações entre as crianças em situação de acolhimento institucional e as outras crianças e demais sujeitos da educação infantil caracterizam-se por vivências em um ambiente de aprendizagem. Essas vivências são marcadas por afeto e respeito entre as crianças, e tentativas de disciplinamento e controle de comportamento por parte dos adultos.

Em sua tese na área da educação, Abreu (2010) se propôs a refletir acerca da institucionalização das crianças em situação de acolhimento, tendo em vista o direito à educação infantil. Realizou entrevistas com profissionais de instituições de acolhimento. Para a autora, estar em uma instituição de acolhimento evidenciou ser uma negação dos direitos (como o direito da convivência familiar e comunitária) com intenção de proteção da criança. Nessa perspectiva, “o direito à educação infantil integra, outrossim, o direito à convivência comunitária, em complementação ao direito à convivência familiar” (ABREU, 2010, p. 14).

O artigo de Kappler e Mendes (2019) discute as interações entre crianças e educadores no acolhimento institucional. As autoras salientam que a separação da família com a institucionalização das crianças pode acarretar prejuízos ao desenvolvimento infantil, mas, existem casos em que a criança necessita de proteção, estar em um espaço seguro e sem violências. As autoras aplicaram fichas (de identificação) para dez crianças e os profissionais de acolhimento institucional, também, recorreram ao diário de campo, observações e filmagens do cotidiano. As filmagens foram analisadas quantitativamente pela autora, em que conclui que as trocas afetivas ocorreram 94% das vezes entre as crianças (geralmente em momentos de brincadeiras) e 6% entre crianças e os profissionais da instituição. Concluem o estudo ressaltando a importância das interações e os vínculos entre as crianças nas instituições de acolhimento, para o desenvolvimento das mesmas.

Campos e Araújo (2018) investigaram sobre crianças com deficiência em situação de acolhimento institucional. Os autores realizaram uma pesquisa survey em 11 instituições de acolhimento (totalizando em 35 crianças com deficiência) na cidade de Belo Horizonte, evidenciando situações diversas: algumas crianças estudavam em escolas regulares, outras em escolas especiais e havia aquelas que não frequentavam nenhum espaço (nesse caso os bebês, que não há a obrigatoriedade). Além disso, os autores notaram preconceitos com relação à capacidade de aprender por parte das escolas.

Paula (2016), em seu artigo, discute a participação das crianças em situação de acolhimento institucional. A autora realizou um estudo etnográfico com crianças, bebês e profissionais da instituição. Assim, em seu estudo, Paula (2016) evidencia que as crianças – especialmente bebês – têm, muitas vezes, o direito à participação violados na instituição de acolhimento, não sendo considerados como sujeitos de direitos.

Moreira (2014) traz contribuições sobre os direitos das crianças em situação de acolhimento. O estudo foi realizado em acolhimentos institucionais na cidade de Belo Horizonte. A autora ressalta a partir do ECA que “[...] toda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária” (MOREIRA, 2014, p.30). Assim, a retirada da criança de sua família e seu encaminhamento para a instituição de acolhimento institucional põe em xeque,

muitas vezes, o seu direito de conviver com sua família e comunidade, pois muitas instituições bem como seus respectivos profissionais não estão preparados para realizar essa mediação. Moreira (2014) destaca que o acolhimento institucional não está preparado para acolher a família de origem ou em proporcionar um espaço de escuta para os familiares das crianças acolhidas nas instituições.

Acioli et al. (2018) investiga o atendimento dos acolhimentos institucionais da cidade de Recife, focalizando na estrutura física e nos processos de acolhimento, para isso, aplicou questionários e realizou entrevistas com profissionais das instituições. Os autores concebem o acolhimento institucional como uma medida provisória para as crianças, priorizando o retorno para a família de origem, e se essa não for possível, encaminhamento para família substituta. A instituição, segundo os autores e conforme o ECA, “deve estar de acordo com as diretrizes de acolhimento, assumindo um caráter residencial, com atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos” (ACIOLI et al., 2018, p. 530). Os autores evidenciam em seu estudo que nem todas as instituições analisadas possuíam uma estrutura física conforme a legislação, bem como a quantidade de crianças atendidas ultrapassava o indicado. Assim, evidenciam a existência de poucos profissionais e a grande rotatividade na instituição.

O artigo de Guedes e Scarcelli (2014) traz o cotidiano no acolhimento institucional, refletindo acerca dos serviços prestados. Destacam como marcos, em relação aos direitos das crianças e adolescentes, a Constituição de 1988 e a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ainda, ressaltam a diversidade de profissionais que atuam no dia a dia no acolhimento institucional e a complementaridade dos trabalhos, isto é, a diversidade de pessoas que atuam a fim de garantir os direitos das crianças em situação de acolhimento e em como o trabalho de um profissional complementa o do outro, necessitando-se de uma união entre diferentes áreas, para atuar na preservação e fortalecimento dos vínculos familiares.

Souza e Brito (2015) investigaram sobre crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional na cidade de Aracaju. Os autores compreendem que o acolhimento institucional tem por objetivo a inserção da criança na família de origem ou em uma nova família – o direito da convivência familiar e comunitária também está previsto, segundo os autores, na Constituição Federal. Por isso, ressaltam que a reintegração familiar depende da realização de múltiplas ações com as famílias das crianças em situação de acolhimento institucional, “incluir os familiares em programas de auxílio e incentivá-los a participar de atividades oferecidas pela instituição, além do dia da visita, pode ser uma estratégia” (SOUZA; BRITO, 2015, p. 52). O afastamento da família de origem, como por exemplo, a ausência de atividades com os familiares, foram observados como uma das principais fragilidades nas instituições de acolhimento.

No estudo de Rossetti-Ferreira et al. (2012), o acolhimento institucional é apontado como uma medida provisória e de último recurso, contudo, entendem a possibilidade de outras medidas de atendimento, em que não exista o afastamento da criança com sua família. Para Rossetti-Ferreira et al. (2012, p.396) “se o que causa o acolhimento de crianças é a violação de algum de seus direitos, nossas pesquisas mostram que enquanto acolhidas, muitas vezes, seus direitos continuam sendo violados”. Com isso, evidenciam que a criança em situação de acolhimento institucional não é ouvida, suas opiniões e interesses não são levados em consideração.

O estudo de Rosa et al. (2010) investiga o dia a dia de um acolhimento institucional em uma cidade no Espírito Santo, analisando o desenvolvimento psicossocial das crianças. Por meio de um estudo de inserção ecológica, os sujeitos da pesquisa foram as crianças e os profissionais de uma instituição de acolhimento. Realizaram entrevistas e utilizaram o diário de campo. A partir da análise dos dados, concluem que “as instituições de acolhimento são espaços de diversas interações e vivências que podem influenciar em vários aspectos o desenvolvimento psicossocial das crianças” (ROSA et al., 2010, p.239). Em suma, quanto ao desenvolvimento psicossocial das crianças, as autoras observaram como positivo as relações e vínculos entre as crianças e entre as crianças com os cuidadores. A instituição analisada demonstrou bons índices de reinserção familiar e uma boa estrutura física. Em contrapartida a diversos outros estudos, as autoras concebem o acolhimento institucional como um ambiente favorável ao desenvolvimento infantil, apresentando boas relações entre os sujeitos e buscando ações para promover a reintegração familiar. Tal conclusão reforça a ideia de que a estruturação adequada de uma instituição contribui para um processo de acolhimento que atenda aos direitos das crianças.

As autoras Lauz e Borges (2013) investigaram a concepção de família que as crianças e os profissionais apresentavam em um acolhimento institucional. Lauz e Borges (2013, p.855) evidenciaram que “[...] as crianças e os adolescentes que possuem seus direitos ameaçados ou violados são encaminhados às instituições de acolhimento como alternativa para fazer cessar o processo de risco no qual estavam envolvidos”. A partir da análise dos dados, a concepção de família, pelo olhar das crianças, mostrou-se relacionada à família biológica e à própria instituição de acolhimento, e, pelo olhar dos profissionais, a família é concebida por uma idealização de suas próprias famílias. Os profissionais da instituição evidenciaram também não reconhecer como seu papel a reintegração familiar das crianças, mas ao Estado. Todavia, a autora destaca a contribuição dos profissionais do acolhimento institucional nesse processo.

INCLUSÃO E AS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO

O artigo de Campos e Araújo (2018), apesar de não estar direcionado à educação infantil, contribui para discutir a inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional. Para os autores, a família desempenha um papel importante quanto a inclusão de um sujeito e a luta pelos direitos, por isso, é ainda mais complexo falar de inclusão quando se trata de crianças com deficiência institucionalizadas. A criança com deficiência também enfrenta mais barreiras para ser direcionada a uma família substituta ou ainda para ser adotada, permanecendo no acolhimento institucional, muitas vezes, por mais tempo. Assim, Campos e Araújo (2018) consideram necessário que os profissionais que trabalham nas instituições de acolhimento atuem em prol da promoção, proteção e defesa dos direitos (inclusive da inclusão escolar) das crianças e jovens com deficiência. Os autores (2018, p.1155) destacam as barreiras ao acesso à educação das crianças com deficiência em virtude da: “[...] falta de acessibilidade das escolas, baixa valorização dos professores, precária formação específica e poucos recursos pedagógicos assistivos”. Desse modo, Campos e Araújo (2018) destacam que são necessárias políticas públicas eficientes para garantir o acesso, a permanência e aprendizagem dessas crianças em espaços educacionais.

Na análise de dados, Campos e Araújo (2018) evidenciam que das 35 crianças (sujeitos da pesquisa) com deficiência em situação de acolhimento institucional, sete crianças não estão matriculadas, sendo que duas têm menos de quatro anos, ou seja, são público-alvo da educação

infantil, oito crianças estão matriculadas em escolas especiais e o restante, em escolas da rede regular de ensino.

Além do estudo de Campos e Araújo (2018), outros autores evidenciaram que os sujeitos das pesquisas (as crianças em situação de acolhimento institucional) estavam matriculados, ou seja, mencionam a inclusão no que diz respeito ao acesso à educação. Kappler e Mendes (2019) relatam sobre dez crianças de 6 a onze anos (frequentando escola), Lauz e Borges (2013), três crianças entre nove e dez anos (frequentando escola). Cabe também mencionar a contribuição de Acioli et al. (2018) ao evidenciar em sua pesquisa que a escola pode ser um espaço mais excludente para as crianças em situação de acolhimento institucional (prejudicando o acesso e a permanência) do que para outras crianças, pois, sofrem com rejeições e estigmas, tanto pela comunidade do acolhimento institucional, quanto da comunidade escolar.

Os artigos mostram que o acesso à escola é mais frequente do que a educação infantil, em sua obra, Paula (2015, p. 19) afirma: “Deu-se conta de que os bebês, ao permanecerem em CAT e não tendo acesso à creche ou a outros contextos educativos, têm este direito condicionado exclusivamente pelo que o CAT lhes pode oferecer”. O “CAT” ao qual a autora se refere é o centro de acolhimento temporário, evidenciando um cenário de exclusão dos bebês quanto ao acesso à educação infantil, enquanto as crianças maiores frequentam a escola diariamente. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 evidencia a obrigatoriedade de oferta da educação infantil a partir dos 4 anos de idade. Além disso, a Base Nacional Comum Curricular salienta os direitos de aprendizagem (que são seis) e de desenvolvimento na educação infantil, e entre eles estão o “participar” e o “conviver” (BRASIL, 1996; BRASIL, 2017).

É evidente que a educação inclusiva não é destinada somente para as pessoas com deficiência (RODRIGUES, 2006; CARVALHO, 2005, 2019), mas, na revisão realizada, nota-se que são poucas as obras que discutem em específico a inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil. Para Carneiro (2012), ao considerar a educação inclusiva, deve ser levado em consideração que as mudanças necessárias devem ser organizadas a partir da educação infantil, visto que perante a lei é o primeiro espaço de educação formal que a criança frequenta.

[...] a escola é o segundo espaço de interação social que se frequenta, sendo o primeiro a família. Nesse sentido, a relação escola-família é primordial para o desenvolvimento do sujeito. No caso de crianças e adolescentes em acolhimento, esse papel é exercido pela instituição responsável. Considera-se que, quanto mais próxima, amigável e colaborativa a relação entre os dois espaços, melhores as oportunidades de articulação para atender às especificidades dos estudantes em acolhimento institucional (TEIXEIRA, 2019, p. 119).

Desse modo, “a luta por inclusão, por respeito às diferenças, valorização da diversidade é constante, é necessária. É preciso preservar os direitos conquistados, trabalhar a conscientização da população [...]” (TEIXEIRA, 2019, p.124). Diante do exposto, as obras analisadas, por vezes, mencionam o direito do acesso à educação, como a tese de Abreu (2010), que discute sobre o direito ao acesso à educação infantil. Abreu (2010) entende que se houver o acesso à educação infantil, mas, se ela não for de qualidade, será uma inclusão excludente. Medeiros (2015) também menciona o direito ao acesso à educação (no geral, não especificamente à educação infantil).

A dissertação de Martins (2007) enfatiza tanto o direito de a criança acolhida frequentar a educação infantil – isto é, a inclusão enquanto o direito ao acesso – quanto dessa educação ser de qualidade. Nas palavras da autora, crianças que se encontram em situação de acolhimento, “[...] é seu direito participar de uma educação infantil de qualidade, independente dos arranjos familiares dos quais faz parte”. Para além do direito ao acesso de uma educação infantil de qualidade, a autora reconhece a importância dos relacionamentos que são constituídos nesse espaço pela criança em situação de acolhimento, relacionamentos esses com seus pares e com os adultos.

Para Oliveira et al. (2019), existe a necessidade de ações eficazes que possam garantir o real acesso à educação infantil. A educação infantil “[...] deve propiciar às crianças experiências de aprendizagens significativas em um espaço coletivo e rico em interações com adultos e outras crianças” (OLIVEIRA et al., 2019, p.27). Segundo Kramer (2006, p.810), “o cuidado, a atenção, o acolhimento estão presentes na educação infantil; a alegria e a brincadeira também. E, nas práticas realizadas, as crianças aprendem”. Cabe levar em consideração que a educação infantil se diferencia de outras etapas de ensino quanto a organização de tempos e espaços, do trabalho realizado entre o cuidar e educar, e isso também inclui o afeto, o vínculo, o brincar, as interações.

No artigo de Kappler e Mendes (2019), apesar de relatar o cotidiano do acolhimento institucional, as relações também ganham destaque. Para as autoras, no acolhimento institucional, a criança pode desenvolver vínculos com outras crianças ou com os profissionais da instituição, “as interações sociais e trocas de afetos estabelecidas poderão cumprir um papel de maior relevância para o desenvolvimento, suprimindo, em parte, a falta de convivência com a família natural” (KAPPLER; MENDES, 2019, p. 3). Na tese de Almeida (2014), também discute-se acerca das interações e dos vínculos.

Segundo a autora, o modo como uma criança é recebida na instituição de acolhimento determina o modo como serão construídas novas relações, assim como a manutenção dos vínculos anteriores. Almeida (2014) realiza a comparação do momento de acolhimento de uma criança na educação infantil e no acolhimento institucional, pois entende que a educação infantil prioriza essa questão, enquanto o espaço institucional não. A autora afirma que o processo de receber/recepcionar uma criança em uma instituição de acolhimento é, muitas vezes, negligenciado por priorizar os cuidados básicos das crianças, como higiene e alimentação, deixando de lado os aspectos afetivos.

Acerca dessas questões, para Furlan (2020), a criação de vínculos mostra-se importante para as crianças em situação de acolhimento, seja as interações com os profissionais do acolhimento ou com outras crianças e/ou adolescentes acolhidos, bem como com as crianças nos espaços educativos (FURLAN, 2020). Um estudo realizado por Bianchin e Gomes (2018) em um acolhimento institucional de Santa Catarina evidenciou que a criação de vínculos que são estabelecidas se mostram importantes para as crianças durante sua permanência em instituições de acolhimento.

Na dissertação de Barbosa, apesar de não tratar especificamente sobre a educação infantil, evidencia-se a importância do brincar para as crianças em situação de acolhimento e o seu desenvolvimento. A autora conclui em seu estudo que o brincar amplia as formas de expressão das crianças. Assim, a autora compreende que o brincar é um direito. Afirma, ainda, que apesar da

imagem negativa que as instituições de acolhimento carregam, “estar em acolhimento não é fator determinante de prejuízo ao desenvolvimento da criança” (BARBOSA, 2017, p.142).

Outro direito relacionado à inclusão é o direito de participar, da qual a dissertação de Paula (2014) traz. Sobre o cotidiano institucional, a autora afirma:

Em contexto de acolhimento institucional, em que as crianças se encontram sob responsabilidade de vários adultos, existe a necessidade de envolver um maior esforço para garantir a promoção dos direitos das mesmas, mais ainda quando nem sempre se constituíram como espaços de garantia dos direitos (PAULA, 2016, p.112).

Em seu estudo, os direitos condizentes aos bebês e crianças pequenas que surgiram na análise dos dados são relacionados com o brincar, direito à educação, direito a ter uma família e participação. Como mencionado anteriormente, a autora evidencia em seu estudo um cenário de exclusão na educação infantil, principalmente os bebês, devido a não obrigatoriedade dessa etapa. Assim, Paula (2016) entende que as crianças muitas vezes, não têm a possibilidade de exercer o direito à participação.

Para Kramer (2006, p.810), “na educação, o objetivo é garantir o acesso, de todos que assim o desejarem, as vagas em creches e pré-escolas, assegurando o direito de brincar, criar, aprender”, assim, pode-se afirmar que a inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional nesse espaço não é algo tão simples e romântico, pois somente o acesso à educação infantil por si só já enfrenta muitos desafios. Para Carneiro (2012, p.86) “a construção da escola inclusiva desde a educação infantil implica em pensar em seus espaços, tempos, profissionais, recursos pedagógicos etc. voltados para a possibilidade de acesso, permanência e desenvolvimento pleno [...]”. Por isso, a inclusão das crianças em situação de acolhimento demanda atenção de todos os envolvidos no espaço educacional, práticas sensíveis por parte do educador, requer que o docente não veja a criança como um sujeito que carrega um estigma, e, que se possa atender as necessidades da criança, seja com afeto, com carinho, com a adaptação do currículo.

Ao trabalhar com alunos em situação de acolhimento institucional, os professores precisam saber que contexto é este vivenciado por esse aluno, em que isso implica e porque isso ocorre. Ter esse conhecimento auxilia para que os professores compreendam a realidade desses alunos e, assim, possam ter, em sua prática, uma abordagem que os acolha (TEIXEIRA, 2019, p.60).

Assim, Teixeira (2019) compreende que a instituição educativa deve ser organizada de modo que exista a participação da gestão, envolvimento da comunidade, a qualificação dos professores etc. Todavia, Neto et al. (2018, p. 82) entendem que a “[...] a inclusão é responsabilidade de todos”, portanto, a inclusão das crianças em situação de acolhimento institucional não cabe somente aos professores e gestores.

Ainda nos dias de hoje, é difícil encontrar serviços de acolhimentos articulados com o sistema educacional e que realmente funcione e seja posto em prática. É importante que se invista na educação de crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional, pois eles já vivem em uma realidade de exclusão pela vulnerabilidade e pela situação de acolhimento (TEIXEIRA, 2019, p. 37).

Teixeira (2019) evidencia a necessidade de articulação entre os serviços prestados à criança em situação de acolhimento institucional, como por exemplo, saúde, educação, assistência social

etc., de modo que suas necessidades possam ser atendidas. A autora compreende que “as políticas públicas são norteadoras para as ações referentes ao acolhimento institucional, à educação” (TEIXEIRA, 2019, p.40). Teixeira (2019) assevera que ao longo dos anos, por conta da ausência de políticas públicas direcionadas aos direitos infantis, crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional permaneciam excluídas da educação, sem acesso à escola. Atualmente, o direito à educação e à educação infantil são garantidos, mas ainda existem barreiras na efetivação desses direitos, quanto ao acesso e a permanência de crianças em situação de acolhimento institucional a uma educação de qualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da literatura, nota-se que o acolhimento institucional passou por diversas mudanças com o passar do tempo. Após a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na década de 90, observa-se uma menor intervenção por parte do Estado em relação às famílias. Apesar dos avanços, na atualidade, o serviço ainda apresenta diversas fragilidades, como a dificuldade em manter os vínculos familiares e comunitários de origem da criança/adolescente ou em prestar um atendimento que contemple as necessidades dos sujeitos institucionalizados.

As obras analisadas contribuiriam para refletir sobre o acolhimento institucional entre outras questões, como a convivência familiar e comunitária, os direitos das crianças, a formação de vínculos, dentre outros. Sobre a inclusão, os direitos se destacam, contudo, o que se discute nas obras refere-se, principalmente, ao direito ao acesso ou ainda o direito de frequentar uma educação de qualidade. Tendo isso em vista, as obras pouco se aprofundaram na temática, evidenciando a importância de se discutir sobre a inclusão dessas crianças em escolas ou em espaços de educação infantil. Também, nota-se uma lacuna nas produções em relação à área da educação, em que as discussões sobre as crianças em situação de acolhimento institucional são mais frequentes em outras áreas, como por exemplo, da psicologia.

A educação, por sua vez, é um direito contemplado nos principais documentos oficiais e leis. Entretanto, as obras evidenciam que mesmo este direito sendo contemplado, encontram-se barreiras enquanto o acesso e a permanência, principalmente na educação infantil. As obras analisadas indicam que o acesso à escola é mais frequente do que o acesso à educação infantil. Pode-se entender aqui, que a escola (a educação para crianças maiores e adolescentes³) é culturalmente mais valorizada, pois, ainda é predominante a visão assistencialista da educação infantil, em que, se considera a educação de crianças pequenas (creche) necessária apenas para as crianças de famílias pobres ou trabalhadoras, em que apenas o “cuidar” está presente, sendo então, uma etapa pouco valorizada. Em síntese, é notório a necessidade de estudos futuros voltados a discutir especificamente a inclusão de crianças em situação de acolhimento institucional na educação infantil.

³ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) reitera que a educação básica é organizada a partir da educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. A educação infantil contempla a educação de crianças até os 5 anos de idade, o ensino fundamental se inicia aos 6 anos de idade, tendo a duração de 09 anos, e, o ensino médio é a última etapa da educação básica, com a duração de no mínimo 3 anos. Na pesquisa, quando citamos a educação de crianças pequenas, refere-se à educação infantil, e a educação para crianças maiores diz respeito ao ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ABREU, Shirley Elziane Diniz. **A criança em acolhimento institucional e o direito humano à educação infantil: sob as teias do abandono**. 2010. 252 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4603>. Acesso em: 29 mai. 2021.

ACIOLI, Raquel Moura Lins et al. Avaliação dos serviços de acolhimento institucional de crianças e adolescentes no Recife. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 23, n.2, p.529-542, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MZzcQygNtk53Wfb4ZHnPSVp/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

ALMEIDA, Ivy Gonçalves. **Processo de recepção e acolhida da criança em instituições de acolhimento: proteção e/ou (re)vitimização?** 2014. 390f. Tese (Doutorado em Ciências) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Ribeirão Preto, 2014. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05062014-191545/>. Acesso em: 26 mai. 2021.

BARBOSA, Ana Paula Sampaio. **O brincar como possibilidade de desenvolvimento infantil em acolhimento institucional**. 2017. 163f. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) - Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/23584>. Acesso em: 26 mai. 2021.

BIANCHIN, Lilian Fernanda; GOMES, Karin Martins. O desenvolvimento da empatia e vínculo afetivo em crianças e adolescentes abrigados. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 16, n. 1, p. 41-154, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/ali,+O+DESENVOLVIMENTO+DA+EMPATIA+E+VINCULO+AFETIVO+EM+CRIAN%C3%87AS+E+ADOLESCENTES+ABRIGADOS.pdf><http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/view/4271>. Acesso em: 07 mar. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 08 nov. 2021.

CAMPOS, Regina Célia Passos Ribeiro de; ARAÚJO, Naim Rodrigues de. Situação educacional de crianças e jovens com deficiência em acolhimento institucional. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n.170, p.1148-1166, out./dez., 2018. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/XxMJmqtC8q34fgJRXHQnhQw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 31 mai. 2021.

CARNEIRO, Relma Urel Carbone. Educação inclusiva na educação infantil. **Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, p. 81-95, jan./jun., 2012. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/124965>. Acesso em: 19 jul. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. 13. ed. Porto Alegre : Mediação, 2019.

CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva: do que estamos falando? **Revista Educação Especial**, n.26, p.1-7, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/4395>. Acesso em: 12 jul. 2021.

FURLAN, Vinicius. **Infância institucionalizada: identidade e acolhimento institucional**. 1ed. Curitiba: **Appris**, 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, 2ª edição, Liber Livro Editora, 2005.

GUEDES, Carina Ferreira; SCARCELLI, Ianni Regia. Acolhimento institucional na assistência à infância: o cotidiano em questão. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. spe, p.58-67, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v26nspe/07.pdf>. Acesso em 02 jun. 2021.

KAPPLER, Stella Rabello; MENDES, Deise Maria Leal Fernandes. Trocas afetivas de crianças em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 39, e184527, p.1-13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/6j8Qfnzx7YSZDNz9hXWzWpb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 mai. 2021.

KRAMER, Sonia. As crianças de 0 a 6 anos nas políticas educacionais no Brasil: educação infantil e é fundamental. **Educação & Sociedade**, vol. 27, n. 96, p. 797-818, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Vc4sdh6KwCDyQPvGGY8Tkmn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jul. 2021.

LAUZ, Gianni Vanessa Mayer; BORGES, Jeane Lessinger. Concepção de família por parte de crianças em situação de acolhimento institucional e por parte dos profissionais. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 33, n.4, p. 852-867, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/ptrQqVBbPJ84fDKsfKMTLcw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. Rio de Janeiro : E.P.U, 2013.

MACHADO, Vanessa Rombola. **Acolhimento institucional de crianças e adolescentes: a difícil implementação dos princípios do ECA**. Curitiba: CRV, 2021.

MARTINS, Maria Aparecida Camarano. **Os relacionamentos constituídos no trabalho pedagógico da educação infantil envolvendo crianças abrigadas: uma análise em busca do sentido da qualidade**. 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/handle/10482/2912>. Acesso em: 30 mai. 2021.

MEDEIROS, Blenda Carine Dantas de. **A compreensão de crianças em situação de acolhimento institucional acerca dos seus direitos**. 2015. 275 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/20266>. Acesso em: 28 mai. 2021.

MIRANDA, Geralda Luiza de. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes: feedback effects, inflexões e desafios atuais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.51, n.2, p. 201-218, mar.-abr., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/9WSvwVfRCp5dgnS5Yg5tMGz/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

MOREIRA, Maria Ignez Costa. Os impasses entre acolhimento institucional e o direito à convivência familiar. **Psicologia e Sociedade**, v.26, n. spe2, p.28-37, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/8K6q7MWYjwhrMtBKQxtQ34t/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

NETO, Antenor de Oliveira Silva et al. Educação inclusiva: uma escola para todos. **Revista Educação Especial**, vol. 31, n. 60, p. 81-92, jan./mar., 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3131/313154906008/313154906008.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2021.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de et al. **O trabalho do professor na educação infantil**. 3. ed. São Paulo : Biruta, 2019.

PAULA, Eunice. “Os crescidos vão para o colo dos crescidos...é só os crescidos” Direitos de participação das crianças em centros de acolhimento temporário. **Da investigação às práticas**, Lisboa, v.6, n.1, p. 110-131, mar. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/pdf/inp/v6n1/v6n1a07.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil. Percorso histórico e desafios do presente**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2004.

ROCHA, Isabela Silva. **Da institucionalização à adoção: escuta ativa de crianças em situação de acolhimento**. 2018. 113f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, 2018. Disponível em: <http://bdt.d.ufm.edu.br/handle/tede/797>. Acesso em: 27 mai. 2021.

RODRIGUES, David. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David. **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo : Summus, 2006, p. 299-318.

ROSA, Edinete Maria et al. Contextos ecológicos em uma instituição de acolhimento para crianças. **Estudos de Psicologia**, v.15, n.3, p.233-241, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/zvdRR3XBhKDC6Bbx6sXbbMP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 jun. 2021.

ROSSETTI-FERREIRA, Maria Clotilde et al. Acolhimento de crianças e adolescentes em situações de abandono, violência e rupturas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 25, n. 2, p. 390-399, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/fJytcznbjNXPXvTwVVZtBvN/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 02 jun. 2021.

SOUSA, Ludmila Martins de. **Sentidos sobre infância e desenvolvimento produzidos por educadoras de abrigo**. 2010. 144 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/8569>. Acesso em: 28 mai. 2021.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; BRITO, Leila Maria Torraca de. Acolhimento institucional de crianças e adolescentes em Aracaju. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 27, n.1, p. 41-57, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/hB8hLDKfGMdT6XcWBLzjbWs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SOUZA, Jadir Cirqueira de. **A convivência familiar e comunitária e o acolhimento institucional**. São Paulo: Editora Pillares, 2014.

TEIXEIRA, Carolina Terribile. **Educação Inclusiva: articulações entre escola e instituição de acolhimento**. 1º ed. Curitiba: Appris, 2019.

WENDT, Bruna; DULLIUS, Luana; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Imagens sociais sobre jovens em acolhimento institucional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 2, p. 529-541, abr./jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/GsqBD5K7KyNfnyz8w3FGWBj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Recebido em: 15 de março de 2023

Aprovado em: 12 de maio de 2023